

Espírito corporativo inspira Constituinte

SÍLVIA CAETANO

Alianças as mais inesperadas, entre lideranças de trabalhadores e patronais, outras nem tão surpreendentes, unificando parlamentares de esquerda, empresários brasileiros e militares, mas todas obedecendo a uma lógica impecável, foram responsáveis por importantes decisões na Constituinte. No caso dos dirigentes sindicais, houve congregar inusitado para a manutenção de parte da estrutura cartorial da representação classista, copiada da Carta de Lavoro, da Itália.

O espírito corporativista pairou sobre a Assembleia Constituinte desde a instalação dos seus trabalhos, contagiando o debate de questões variadas. Influenciou não somente a manutenção da unicidade e do imposto sindicais, na nacionalização dos recursos minerais, na definição de empresa nacional, como para a organização do Poder Judiciário. Corporações menos numerosas, mas nem por isso menos atuantes, como a dos tabeliães, também conquistaram prerrogativas. Outras não obtiveram êxito, como ocorreu com algumas categorias sociais e profissionais que reivindicaram tratamento especial ou privilégios, dos quais a aposentadoria especial é apenas um exemplo.

A manutenção de um único sindicato por categoria profissional e do imposto sindical pelos constituintes decorreu de bem articulado lobby de trabalhadores e patrões, o mesmo que continua impedindo o cumprimento, no País, da Resolução 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), consagrada da livre organização dos sindicatos. Autor de uma proposta derrotada que estabelecia a pluralidade sindical, o senador gaúcho Carlos Chiarelli (PFL) assegura que essas decisões tornam o Brasil um país singular, o único a vedar o pleno exercício sindical, "que se realiza pela liberdade de filiação, de organização e de autogestão". Na opinião do senador, a convergência de interesses entre líderes trabalhistas e patronais visou a "perpetuação do poder através da preservação de uma estrutura que não permite a renovação de dirigentes sindicais".

Nos dias que antecederam a votação da matéria, os presidentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Albano Franco (PMDB-SE), da Confederação Nacional do Comércio, Antônio Santos, e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, foram vistos em longas confabulações com representantes dos trabalhadores, todos partidários da unicidade sindical. Acusado de corporativista, Albano Franco defende-se alegando ter-se limitado a defender reivindicações da categoria que representa. A explicação tem lógica. Afinal, é com os recursos provenientes da cobrança do Imposto Sindical que são mantidas entidades como Senai, Sesi, Senac e Sesc, instrumentos de poder para seus dirigentes.

A frustrada luta pela pluralidade sindical acabou juntando na mesma trincheira parlamentares ideologicamente antagônicos, como os integrantes do PT e o deputado Afif Domingos (PL-SP), passando pelo liberal Chiarelli.

NACIONALIZAÇÃO

A votação do primeiro capítulo da ordem econômica, que trata dos seus princípios gerais, resultou numa aliança que a muitos surpreendeu. Partidários da nacionalização dos recursos minerais e de uma definição de empresa nacional que assegure o controle da sua exploração pelo País, as esquerdas não hesitaram em buscar apoio dos militares. As conversas foram longas e delicadas, pois o Conselho de Segurança Nacional, cujo secretário é o ministro-chefe do Gabinete Militar, general Bayma Denys, não quis pronunciar-se oficialmente a favor da iniciativa, embora não escondesse sua posição favorável.

Parlamentares de legendas diferentes organizaram-se em grupos para um circuito de visitas aos chefes militares, e o deputado comunista Fernando Santana (PCB-BA) terá muito a contar sobre lances pitorescos provocados pela sua habitual, mas sempre gentil, irreverência. Ele chegou a arrancar gargalhadas do ministro Moreira Lima com sua defesa exaltada da nacionalização do setor mineral, empregando expressões pouco comuns nesse tipo de contato.

Reuniões entre constituintes e militares nacionalistas se sucederam ao longo da discussão da matéria. O senador Severo Gomes (PMDB-SP) e o deputado Luiz Salomão (PDT-RJ) foram pessoalmente ao Conselho de Segurança Nacional expor suas teses nacionalizantes. Não somente encontraram receptividade, como foram advertidos para

a "timidez" da definição de empresa nacional contida no anteprojeto da comissão de sistematização que defendiam.

O relator-auxiliar Adolfo Oliveira (PL-RJ), com trânsito no conselho, foi elemento importante em favor das mesmas posições, garantindo o apoio de numerosos oficiais. No seu gabinete, por exemplo, o comandante Wolstein, da Marinha, se reuniu para discutir uma estratégia comum com as esquerdas. Descrentes quanto à aprovação de um conceito de empresa nacional protetor dos interesses do País, os deputados Virgildáso de Senna (PMDB-BA) e Eydio Ferreira Lima (PMDB-PE) chegaram a propor sua eliminação da Carta, o que não se mostrou necessário em função da triplíce aliança.

Defensores da abertura do setor mineral ao capital estrangeiro, líderes do Centrão admitem que as pressões do empresariado nacional com interesse na mineração e na petroquímica foram decisivas para sua derrota na Constituinte. Os grupos Parapanema e Votorantim, este através do líder do PTB, deputado Gasthane Righi, que vota com os conservadores, trabalharam contra a emenda do Centrão. Na Bahia, seis representantes do bloco mudaram seu voto graças à interferência da Construtora Norberto Odebrecht, verificando-se surpresas semelhantes em outros estados, como em Minas Gerais. Tudo em função do trabalho de empresários brasileiros, que se sentiam prejudicados pela proposta do grupo suprapartidário. Na verdade, o Centrão mostrou-se sempre dividido com relação ao assunto, apresentando-se desde o início da Constituinte com um perfil antiestatizante, mas predominantemente nacionalista.

Um conhecido e inseparável trio de deputados do PFL, "moderno", Alcei Guerra (PR), Saulo Queiroz (MS) e Jayme Santana (MA), foi momentaneamente desfeito por causa do debate sobre a nacionalização. Jayme Santana, político maranhense que já freqüentou a intimidade do Palácio do Planalto, desculpou-se aos amigos avisando que iria "traí-los" na votação da matéria, pois como nacionalista intransigente não poderia apoiar a emenda do Centrão. Mas tudo se passou com muito bom humor e, encerrada a polêmica, os três já podiam ser vistos novamente juntos no fundo do Plenário, seu local preferido, articulando estratégias comuns.

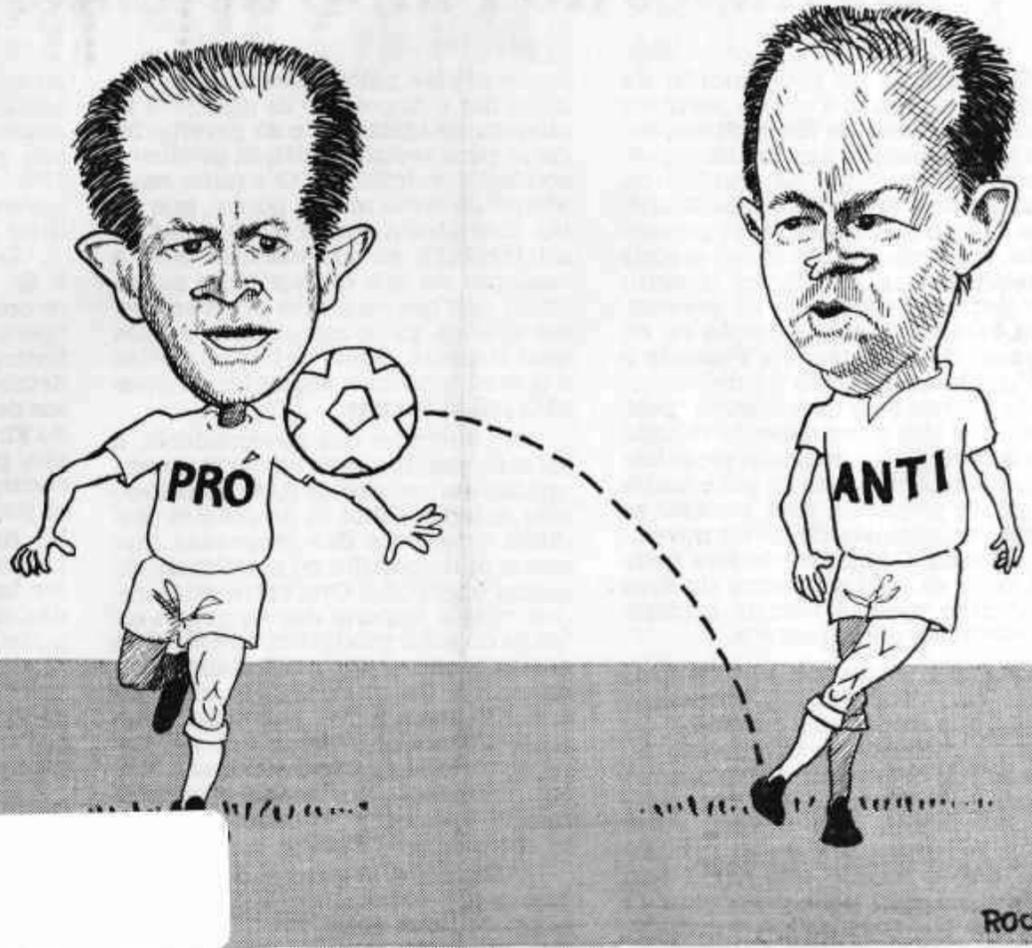
DESCRENÇA

Na análise do que ocorre nas votações, constituintes verificam ainda excesso de reivindicações corporativistas, ou de tratamento especial e privilégios para grupos e categorias sociais e econômicos específicos. Os delegados de polícia, por exemplo, foram malsucedidos em sua tentativa de impedir a interferência do Ministério Público nos inquéritos policiais. Também a Polícia Rodoviária não conseguiu nivelar-se à Polícia Federal. Os homossexuais, através de suas entidades representativas, como o Triângulo Rosa, também não foram atendidos com relação ao problema da discriminação que sofrem. A Constituinte rejeitou emenda que vedava sua ocorrência em função da orientação sexual das pessoas.

Foi o Poder Judiciário, porém, e não as lideranças sindicais e do empresariado nacional, que conseguiu fazer aprovar a maioria das propostas da categoria. Nem por isso, porém, deixaram de sofrer frustrações. Se conseguiu barrar a criação do Conselho Nacional de Justiça, o Judiciário amargou o esvaziamento do Supremo Tribunal Federal, que perderá poderes para o Tribunal Superior de Justiça, enquanto a magistratura perderá seu privilégio fiscal e, a partir da promulgação da nova Carta, será obrigada a pagar Imposto de Renda. Os advogados revelaram tal organização e poder de pressão sobre os constituintes que conseguiram aprovar um dispositivo reconhecendo sua atividade como de interesse da sociedade. Os índios também foram atendidos e, a partir da futura Constituição, suas terras só poderão ser exploradas com autorização do Congresso. Além de tratamento especial pela União, os índios conseguiram a promessa constitucional de que suas reservas serão demarcadas.

Os setores da informática e da tecnologia de ponta funcionaram como poderoso lobby, beneficiando-se não apenas com a adoção da reserva de mercado, mas com a definição de empresa nacional que lhes assegure preferência nas compras do governo. Com os microempresários ocorreu o mesmo, eles conseguiram inscrever na Carta o princípio do tratamento tributário, previdenciário e administrativo diferenciado.

Brasília/Agência Estado



Albano se destaca pelo erro

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), destacou-se na Constituinte graças a um equívoco. Chegando atrasado à votação do Capítulo da Ordem Econômica, na Comissão de Sistematização, ele acabou ajudando a aprovar a emenda do deputado comunista Fernando Santana, que nacionalizava a distribuição dos derivados de petróleo. Submetido a duras críticas e pressões, o senador resolveu apressar-se na apresentação de emendas ao anteprojeto de Carta da Sistematização, protocolando sob o número em sua proposta, vedando a nacionalização do setor.

De uma família de nove irmãos, Albano Franco tomou contato com

a política estudantil quando estu-
dava Direito em Sergipe, antes do
golpe militar de 1964. Conquistou
um mandato de deputado estadual
pela antiga Arena, em 1970, mas
acabou ficando 12 anos fora da po-
lítica, dedicado aos negócios, en-
quanto seu pai, Augusto Franco,
era eleito governador do Estado.

Fala macia e de trato ameno, 46
anos, casado, dois filhos, Albano
Franco foi eleito em 1970 presiden-
te do Sindicato da Indústria do
Açúcar de Sergipe, adquirindo gos-
to pela liderança empresarial. Des-
de então, foi durante nove anos vi-
ce-presidente da Federação da In-
dústria de Sergipe, tornando-se
presidente da CNI em 1980, como
candidato de consenso. Seu manda-
to termina em outubro do próximo
ano, mas ele não parece interessa-
do em deixar o cargo, onde garante
jamaiz ter recebido favores empre-
sariais do presidente Sarney.

Depois da votação do sistema
de governo e do mandato do futuro
presidente da República, Albano
Franco ocupou a tribuna para cri-
ticar o governo, aconselhando o
presidente José Sarney a parar
com lamentos e começar a traba-
lhar. Como não recebeu resposta às
reivindicações da categoria que re-
presenta, prepara-se para discursar
novamente na mesma linha, cri-
ticando Sarney e sua administra-
ção.

Mas ninguém se iluda com essa
sua atitude. Albano Franco votou
a favor dos cinco anos para
Sarney na Comissão de Sistematiza-
ção e pretende ratificar a posição
durante o exame das disposições
transitórias da futura Carta. O
curioso é que ele justifica seu
voto na Constituinte invocando a
"viabilidade" do atual governo,
justamente o que ele nega quando
ocupa a tribuna do Senado.

Lucena nega o revanchismo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Não há espírito de vingança ou
revanchismo nem votação premedita-
da na Constituinte. Cada um vota
de acordo com sua consciência ou
orientação partidária." A observa-
ção é do presidente do Senado,
Humberto Lucena, diante da afir-
mativa do deputado José Genoíno
(PT-SP) de que a limitação dos ju-
ros em 12% ao ano foi uma vingança
dos grupos nacionalistas e de es-
querda contra a derrota da propo-
sta de desapropriação de terras pro-
dutivas que não cumpram sua fun-
ção social.

O deputado Roberto Cardoso
Alves (PMDB-SP), um dos líderes
do Centrão, acha que essa e outras
votações podem ter adquirido caráter
emocional devido ao conteúdo
polêmico e, no caso, ao fato de ha-
ver inegavelmente uma antipatia
generalizada contra os banqueiros e

as taxas exorbitantes, cobradas nas
diversas operações financeiras. "Há
pouco, um deputado foi tomar em-
préstimo bancário de Cz\$ 500 mil e
já recebeu, para pagamento, uma
duplicata no valor de Cz\$ 800 mil",
comentou Cardoso Alves. "Mas não
é caso de vingança ou descontar
uma derrota; isso não acontece
aqui", acrescentou.

"Pode haver alguns casos isola-
dos, e até pessoais, como em relação
a Ronaldo Cezar Coelho, mas não
acredito em deliberada tentativa de
vingança", disse o deputado Jorge
Hage (PMDB-BA), enquanto o de-
putado Nelson Jobim (PMDB-RS)
ironizava: "Pode ser uma alternati-
va do Genoíno, mas não é isso que
está acontecendo".

Para o deputado Egídio Ferri-
ra Lima (PMDB-PE), a avaliação é
incorreta, pois não há na Consti-
tuinte grupos interessados em votar
como se o voto fosse uma desforra
de derrotas sofridas em outras pro-

postas. Se assim fosse, segundo ele,
a futura Carta seria conduzida pela
emoção e o irracionalismo. "Aconte-
ce que, às vezes, sucedem a emen-
das conservadoras alguns surtos
que eu chamaria de arrotos progres-
sistas, como foi o caso da limitação
dos juros", observou o deputado
pernambucano.

Segundo o senador Ronan Tito,
"são casos de emocionalismo, não
de pretensa vingança ou premedita-
ção". Desenvolvendo o raciocínio, o
senador mineiro acrescentou que
esse tipo de comportamento não
existiu em etapas anteriores da
Constituinte, "quando os debates
sobre a ordem econômica e social
eram mais acalorados e havia torci-
das".

E o deputado Jorge Hage reto-
mou: "Condição a limitação dos
juros à realização da reforma agrá-
ria, da forma que desejávamos, não
faz sentido, pois tal comportamento
acabaria por desvirtuar os trabalhos
da Constituinte".

Centrão e Mailson, a salvação

SÉRGIO CARDOSO DE ALMEIDA

Alvissaras ao Centrão que nos
salvou da fúria arrasadora da es-
querda, que na Constituinte queria
liquidar a nossa empresa rural.

Coube a Alysson Paulinelli, o
verdadeiro incentivador da nossa
moderna agricultura, apresentar
a emenda definitiva para anular a
condenação da propriedade pro-
dutiva.

Certamente a votação do últi-
mo dia 10, na Constituinte, é histó-
rica e demonstra a repulsa do bom
senso contra a ameaça de fome e
miséria que viria, caso Mário
Covas e seus liderados tivessem ven-
cido.

A Nova República dirigida
por um presidente indeciso e obe-
diente às exigências esquerdizan-
tes do PMDB, tanto na questão da
dívida externa como nas da reser-

va de mercado e da política con-
trária à propriedade e à livre em-
presa, junto a um empreguismo
nunca visto, já nos atrasou 30
anos, nos seus três anos de go-
verno.

Quando se esvaía a esperança
na área da agricultura, eis que
veio a salvação na hora decisiva.
Junto a essa vitória, que nos devolve
a confiança na democracia, te-
mos a surpresa do surgimento,
qual Phênix, inesperado, do gran-
de brasileiro Mailson da Nóbrega.
De há muito não se via no País um
homem público corajoso, compe-
tente, seguro e patriota como o
atual ministro da Fazenda. Não
tem medo das caretas de Mário
Covas e de sua turma, toma decisões
francas sem compromisso com
quaisquer grupos, e mostra-se re-
solvido a salvar o País do caos,

que o embaixador do Japão asse-
verou.

Se o presidente José Sarney,
numa derradeira oportunidade,
der carta branca a Mailson e
apotar-se no Centrão, conseguindo
seriedade de propósitos dos que
querem um país livre, democrático
e moderno, alijando de vez a es-
querda incompetente e inflacioná-
ria de Mário Covas, o Brasil renas-
cerá do caos apontado pelo emba-
ixador japonês.

Presidente, lembre-se que Má-
rio Covas, quando líder do MDB,
levou o País ao desespero do AI-5.
Com o Centrão e Mailson, a demo-
cracia estará salva, sem eles, não
saremos do caos e estaremos, de
novo, ameaçados por um AI-5 bem
mais reforçado.

Sérgio Cardoso de Almeida é
ex-deputado pelo PDS de São
Paulo